

Manifesto para livrar um refém

■ Governistas articulam documento para evitar que FH se torne vítima da barganha de quem ainda não assinou pedido de CPI

SONIA CARNEIRO, HELAYNE BOAVENTURA
E ALESSANDRA MELLO (AJB)

BRASÍLIA E BELO HORIZONTE – O governo pretende pôr uma pá de cal sobre a possibilidade de criação da CPI da Corrupção. O manifesto “Porque não assinamos a CPI da Corrupção”, que deverá ser assinado pelos deputados e senadores do PSDB, PTB, PMDB, PFL e PPB, é a nova arma governista para tentar impedir que o presidente Fernando Henrique Cardoso se torne refém dos parlamentares que ainda não assinaram o requerimento das oposições. Quem se recusar a assinar o documento será considerado do time adversário.

O requerimento foi considerado uma Espada de Dâmocles na cabeça do presidente da República. Dâmocles, conselheiro da corte do rei Dionísio, da Siracusa, no século IV A. C., ao substituir o tirano num banquete percebeu que acima do trono havia uma espada ameaçadora pendendo do teto. A referência lembrada pelos governistas se aplica ao poder de barganha que ganharam os parlamentares que ainda não assinaram o requerimento das oposições.

O manifesto foi articulado pelos líderes governistas como uma espécie de escudo para Fernando Henrique Cardoso. “Trata-se de uma medida preventiva”, justificou o líder do PSDB na Câmara, deputado Jutahy Magalhães Júnior (PSDB-BA). “O requerimento de criação da CPI não pode continuar indefinidamente como uma ameaça. Vamos pôr um ponto final nisso.”

A ofensiva governista para barrar a CPI da Corrupção termina a semana com pontos favoráveis na Câmara dos Deputados. Os partidos de oposição contabilizavam ontem 144 assinaturas favoráveis à instalação da comissão parlamentar de inquérito no Congresso, quando são necessárias 171 assinaturas. O acréscimo foi de apenas três assinaturas em relação ao balanço feito na semana passada. Os oposicionistas agora depositam suas esperanças nas mobilizações populares para forçar o Congresso a criar a comissão.

“Vamos iniciar uma mobilização popular com a expectativa de que a comissão será instalada. Se vai ser na semana que vem ou daqui a um mês, só o tempo dirá”, afirmou ontem o líder do bloco de oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Dos peemedebistas só restou a esperança da assinatura do senador Amir Lando (RO). Na reunião da bancada, a que compareceram 22 dos 27 senadores peemedebistas, anteontem, o líder Renan Calheiros (AL) informou que Amir Lando foi ouvido por telefone. Calheiros não revelou, porém, o teor da conversa nem o voto. O senador alagoano tem repetido que seu partido é democrático, mas espera que não apareça mais nenhuma assinatura de peemedebista além das seis que já estão no requerimento.

A oposição ainda tem esperança de que as 15 assinaturas que faltam dos deputados ligados ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acabem sendo depositadas no pedido de criação da CPI. No PFL, no entanto, a perspectiva é a de que as assinaturas carlistas feitas até agora serão as últimas. “A CPI não deve ocorrer. Não vai haver número suficiente de assinaturas”, disse o líder pefelista na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE).

A posição da bancada peemedebista de rejeitar a CPI ameaça o partido de pelo menos uma defecção. O governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que acaba de retornar à legenda, teria manifestado ao professor Mangabeira Unger, em encontro ontem no Palácio da Liberdade, insatisfação com a posição do partido.

Segundo Mangabeira Unger, Itamar e o ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes, candidato a candidato à Presidência da República pelo PPS, vão se aliar na disputa pela sucessão de Fernando Henrique Cardoso.

“Itamar Franco disse que teria de pensar o PMDB por causa da decisão da bancada do partido no Senado que resolveu não apoiar a comissão parlamentar de inquérito para apurar as denúncias de corrupção envolvendo o governo federal”, revelou Mangabeira Unger. “A frase é instigante. A mim ela causou muita esperança e é mais um fator para que a convergência entre o governador e Ciro Gomes se viabilize.”

Apesar de toda a expectativa gerada pelo requerimento da CPI da Corrupção, o governo saiu vitorioso de seu primeiro desafio neste novo ano legislativo. O Executivo conseguiu aprovar na noite de quarta-feira com unanimidade entre os partidos de sustentação do Palácio do Planalto e com o apoio do PT a Lei das Sociedades Anônimas (S.A.), uma das bandeiras do presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

A justificativa entre os parlamentares é a de que o sinal necessário ao mercado e o compromisso com a população em ano pré-eleitoral foram mais fortes do que as desavenças políticas.

Mesmo nos momentos de calma, o governo não conseguia há um bom tempo tamanha unanimidade em projetos no Congresso: 374 deputados votaram a favor da lei. Entre os governistas, apenas quatro contrariaram a decisão de seus partidos e votaram contra o projeto por decisões pessoais: os deputados Marcus Vicente (PSDB-ES) e Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) votaram contra o texto. Os demais 28 votos contrários ao projeto partiram do PC do B, PDT e PSB. Até o PT apoiou a posição do governo.